

BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. - REFLORESTAMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ Nº 08.581.205/0001-10

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	2017	2016
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	6.680	19.846
Contas a receber	5	15.642	22.535
Adiantamentos		1.679	4.338
Estoques	6	64.015	54.620
Impostos a recuperar	7	51.443	12.903
Total do ativo circulante		139.459	114.242
Não circulante			
Impostos a recuperar	7	12.164	49.287
Depósitos judiciais		51.146	37.326
Estoque em poder de terceiros		1.641	1.641
Ativo biológico - frutos de Dendê		-	877
Imobilizado	8	1.455.773	1.473.019
Intangível	9	2.218	2.848
Total do ativo não circulante		1.522.942	1.564.998
Total do ativo		1.662.401	1.679.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

1. Contexto operacional: A Biopalma da Amazônia S.A. Reflorestamento, Indústria e Comércio ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado e tem por atividades principais o cultivo da palma de dendê e a extração, beneficiamento e comercialização de seus óleos. A Companhia está sediada no município de Belém - Pará, Estado onde estão localizadas suas operações e tem como acionista Controladora a Vale S.A. ("Vale"). A Companhia está no começo das operações, e decorrente a este ponto, vem apresentando prejuízos, sendo que através de planejamento orçamentário, projeta-se que os prejuízos serão absorvidos a partir do exercício de 2019, quando a Companhia irá alcançar resultados operacionais positivos. Em dezembro de 2017, entrou em operação a unidade de extração de óleo de palmiste localizada no município de Acará, com capacidade nominal para processar a quantidade de amêndoas geradas no processo de extração de óleo de palma bruto referente a 150 ton / hora de Cacho de fruto fresco (CFF). Em virtude deste aumento de produção de CFF e consequente extração de Óleo de palma em bruto, será observado um aumento de receita e redução de custos operacionais devido a diluição dos custos fixos iniciais. A Companhia tem as suas atividades suportadas financeiramente pela sua controladora, Vale, através de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC), cuja a finalidade de tais adiantamentos é direcionada para honrar todas as obrigações da Companhia, conforme mencionado na nota explicativa 19 - eventos subsequentes.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 22 de junho de 2018. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma continuada. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e às premissas incluem, entre outros, o valor residual e a vida útil estimada do ativo imobilizado e a provisão para perda na realização do contas a receber. A Administração da Companhia não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos, e, as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 e estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa 5** - critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa; **Nota explicativa 8** - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; e **Nota explicativa 14** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **(i) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em

Passivo	Nota	2017	2016
Circulante			
Fornecedores	10	32.320	24.943
Salários, férias e encargos sociais		16.321	8.723
Tributos a recolher		3.345	13.887
Adiantamentos de clientes		670	384
Debêntures não conversíveis	9 e 11	235.713	192.429
Total do passivo circulante		288.369	240.366
Não circulante			
Debêntures não conversíveis	9 e 11	548.915	772.236
Obrigações por aquisição de terras		5.504	5.504
Adiantamentos para futuro aumento de capital	9	136.984	-
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	12	28.308	18.586
Total do passivo não circulante		719.711	796.326
Patrimônio líquido			
Capital social	13	2.295.228	2.122.893
Prejuízos acumulados		(1.640.907)	(1.480.345)
Total do patrimônio líquido		654.321	642.548
Total do passivo e patrimônio líquido		1.662.401	1.679.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis de hierarquia do valor justo no período da revisão das demonstrações financeiras. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 14.

2.4. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico.

3. Principais políticas contábeis: A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertida para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b) Receita operacional. Venda de produtos agrícolas: A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para venda de produtos agrícolas, a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente; entretanto, para alguns embarques internacionais, a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias pela Companhia no respectivo navio localizado no Porto de origem. Geralmente, o comprador não tem direito de devolução para tais produtos.

c) Benefícios a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d) Subvenção governamental: Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

e) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem juros auferidos sobre o contas a receber liquidados após o vencimento e ganhos em aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre debêntures e desconto de títulos e juros incorridos sobre o contas a pagar pagos em atraso. Custos de debêntures que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

f) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, quando aplicável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)			
	Nota	2017	2016
Receita líquida de vendas	15	275.955	228.412
Custo dos produtos vendidos	16	(343.570)	(284.998)
Resultado bruto		(67.615)	(56.586)
Despesas gerais, administrativas e vendas	17	(30.139)	(22.562)
Outras receitas (despesas) operacionais		4.024	1.089
Total de despesas operacionais		(26.115)	(21.473)
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos		(93.730)	(78.059)
Receitas financeiras		95.922	392.112
Despesas financeiras		(156.522)	(244.661)
Resultado financeiro, líquido	18	(60.600)	147.451
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(154.330)	69.392
Imposto de renda e Contribuição social - correntes		(6.232)	(10.531)
Imposto sobre o lucro		(6.232)	(10.531)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(160.562)	58.861

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)			
	2017	2016	
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(160.562)	58.861	
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	-	-	
Total dos resultados abrangentes	(160.562)	58.861	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2016	1.708.499	(1.539.206)	169.293
Lucro líquido do exercício	-	58.861	58.861
Integralização de capital (nota 13)	414.394	-	414.394
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.122.893	(1.480.345)	642.548
Prejuízo líquido do exercício	-	(160.562)	(160.562)
Integralização de capital (nota 13)	172.335	-	172.335
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.295.228	(1.640.907)	654.321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016. (Em milhares de reais)			
	2017	2016	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(160.562)	58.861	
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	-	58.861	
Ajustes para reconciliar lucro líquido (prejuízo) do exercício:			
Juros provisionados	31.770	16.074	
Variação cambial não realizadas	23.954	(169.540)	
Resultado na baixa do imobilizado e intangível	16.144	-	
Depreciação e amortização	57.186	58.359	
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	9.722	3.205	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	1.407	
	(21.786)	(31.634)	
Variações nos ativos e passivos operacionais	6.893	(2.824)	
Contas a receber	2.659	286	
Adiantamentos	(8.518)	3.603	
Estoques	(13.820)	(10.997)	
Estoque em poder de terceiros	1.417	(8.086)	
Depósitos judiciais	7.377	(3.734)	
Impostos a recuperar	7.598	318	
Fornecedores	(10.542)	8.795	
Salários, férias e encargos	-	(120)	
Tributos a recolher	286	(438)	
Outras contas a pagar	(33.483)	(37.492)	
Adiantamento de clientes	(64.753)	(83.964)	
Amortização de debêntures - juros	-	-	
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de operacionais	(13.166)	17.445	
Fluxo de caixa das atividades de investimento	-	(2.196)	
Baixas de ativos biológicos	(56.404)	(50.065)	
Aquisições de imobilizado	951	-	
Baixas de imobilizado e intangível	(55.453)	(52.261)	
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(107.040)	153.670	
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	172.335	357.768	
Integralização de capital	(202.278)	(204.098)	
Amortização de debêntures - Principal	136.983	-	
Adiantamentos para futuro aumento de capital	107.040	153.670	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(29.713)	107.342	
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(13.166)	17.445	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.846	2.401	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6.680	19.846	
(Redução) Aumento de caixa e equivalente de caixa	(13.166)	17.445	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social.** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. A Companhia deve compensar os ativos fiscais correntes e os passivos fiscais correntes se, a Companhia: tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fis-